

Inclusão Social: Muita Teoria e Pouca Prática !!! (*)

Apesar das importantes reuniões, debates e fóruns que aconteceram durante o ano de 2007, no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiências, seja nas escolas ou no mercado de trabalho, ainda estamos muito aquém do que precisamos para dizer que a nossa sociedade é inclusiva. É notória e válida a preocupação e participação de muitos, mas os resultados nos demonstram que ainda precisamos de mais gente engajada com a causa e com vontade de fazer acontecer.

A legislação brasileira referente às pessoas com deficiências é considerada como uma das melhores do continente americano. O Brasil é um país com muitas leis sobre o tema e, apesar disso, a acessibilidade e inclusão de milhões de cidadãos e a garantia do direito à igualdade, continuam ignoradas pelo poder público, pelas empresas e pela sociedade civil.

Pessoas com deficiência deveriam estar em toda parte: nas escolas, nos eventos sociais, nas empresas... mas ainda não estão. E como se explica isso? Por que tanto interesse em garantir seus direitos se, na prática, o mesmo não acontece? Parece uma incoerência, não acham?

O trabalho, por exemplo, é um direito humano fundamental, mas a falta de qualificação das pessoas com deficiências ainda é um dos principais obstáculos apresentados pelos empregadores à sua entrada no mercado. Mas, quando falamos em qualificação profissional, automaticamente vinculamos à educação a preparação educacional para que a criança se torne, no futuro, um adulto qualificado, profissionalmente.

E, pensando assim, pergunto: como anda essa questão em nossas escolas? Estão elas interessadas, de verdade e dispostas a receber nossas crianças e adolescentes com deficiências?

Com raras exceções, as instituições ainda engatinham nesse assunto. Chego a pensar que estão aguardando que algo mágico aconteça para, a partir daí, pensarem nesse desafio. Sabemos que essa magia não existe e qualquer pessoa comprometida com a causa sabe que é necessária muita dedicação, sensibilidade, disposição e vontade, não apenas de acertar, mas de aprender com os próprios erros e transpor o comodismo, para, aí sim, existirem cidadãos críticos e preparados para enfrentar o mercado de trabalho.

Quando eu disse, acima, que: “parece” uma incoerência, na verdade, me refiro à questão de maneira mais abrangente, pois o que existe ainda é uma barreira cultural. Naturalmente ela está aí, mas devemos fazer com que se rompa num menor espaço de tempo possível. E isso somente será fato com o entendimento das pessoas sobre esse universo e, evidentemente, a partir daí, um forte envolvimento e participação direta de todos, tendo deficiência ou não. Quando esse envolvimento e conquista acontecerem, não precisaremos nos preocupar com a acessibilidade, com a “lei de cotas” etc, porque a inclusão será uma consequência natural. Até o termo “inclusão” cairá em desuso.

Da mesma forma, as pessoas com deficiências e seus familiares precisam abdicar da proteção social, em prol de uma participação mais ativa, sujeita aos mesmos riscos que qualquer cidadão comum.

Não adianta só preparar a calçada ou o transporte, pois, se a pessoa com deficiência não tiver acesso à educação, não terá também ao trabalho, e continuará em casa, e em muitos casos, improdutiva e infeliz !

Vale ressaltar a importância de mudar o comportamento da sociedade em geral para que a pessoa com deficiência receba tratamento de igualdade de condições, como qualquer outra sem deficiência. Acredito que quanto mais leis existem, mais situações diferenciadas aparecem e, conseqüentemente, mais distinção se faz. Ou seja, para que criarmos uma infinidade de leis para garantir os direitos e deveres de pessoas, se bastaria o cumprimento de nosso maior exemplo de igualdade, que está no artigo 5º da nossa Constituição Federal:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”

Não precisamos de novas leis... a sociedade é que precisa aceitar as que já existem, adaptar-se e cumpri-las !!!

Todos sabem que não é uma tarefa tranqüila para muitos setores, adaptar um prédio à acessibilidade necessária, por exemplo, mas também, não devemos esperar que o governo comece por fazê-lo. Um erro não justifica o outro. Da mesma forma que não é fácil uma empresa ser multada por não ter cumprido o percentual de contratação imposto pela chamada “Lei de Cotas”, antes mesmo de existir essa mudança cultural tão necessária, mas alguma coisa precisava ser feita, alguém tinha de dar o primeiro passo, precisávamos sair do marasmo e do conformismo. Talvez não tenha sido da melhor maneira, mas trouxe movimentação, discussão, discordâncias, ou seja, o assunto veio à tona ! E, muitas vezes, só damos atenção a determinadas questões, quando nos são impostas... Essa é nossa cultura. Mas enfim, é possível alterarmos

a legislação sem prejuízos, desde que, da maneira certa e com os “remédios jurídicos” corretos.

Esse comodismo ainda existe e somente a vontade de fazer irá transformá-lo.

É isso o que mais espero, nessa área, em 2008. Que seja um ano de muita participação social e de muita evolução nesse segmento. Pode não depender apenas de nós, mas se cada um fizer a sua parte, independentemente da iniciativa de outras pessoas, deixaremos de “patinar” na vontade para atingirmos os objetivos e a primeira pergunta que devemos nos fazer, todos os dias é: o que tenho feito para isso acontecer ?

Que a prática e bons resultados, neste ano, superem as nossas
expectativas... Feliz 2008 para todos !!!

(*) Mara Di Maio
Bacharel em Letras e em Direito
Palestrante e Colaboradora da Revista REAÇÃO p/assuntos de empregabilidade.
Contato: mara_dim11@yahoo.com.br